

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 15

# *Rituais e Cerimónias*



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1993

alto serviço que nunca será de mais encarecer. Trata-se sempre de aspectos muito concretos do funcionamento dos *studia* e do trabalho intelectual realizado nessa fase decisiva da história das escolas e Universidades, permitindo dessa feita penetrar cada vez melhor no âmago das instituições de ensino e nas produções científicas que entretanto foram aparecendo. Esta última publicação abrange os seguintes capítulos: "Le vocabulaire du Collège de Sorbonne" por O. Weijers; "Le vocabulaire des collèges dans le midi de France" por M.-H. Jullien de Pommerol; "The vocabulary of Administration and Teaching at Merton College, Oxford, at the Close of the Middle Ages" por J. Fletcher; "Terms used in academic life and corresponding reality by the example of the Bursae of the Arts Faculty at Cologne" por G.-R. Tewes; "The vocabulary of Italian Colleges to 1500" por P. Denley; "I collegi universitari di Roma: progetti e realizzazioni tra XIV e XV secolo" por A. Esposito; "The Vocabulary of the Spanish 'Colegios Mayores' during the Middle Ages and Modern Age" por A. M. Carabias Torres; "Scholae, Collegia et Bursae Universitatis Pragensis" por F. Smahel; "La constitution du système éducatif jésuite au XVIe siècle" por L. Giardi; "Les couvents des mendiants, des collèges déguisés" por G. Barone; "The Model of Islamic Scholastic Culture and Later Parallel in the Christian West" por G. Makdisi e uma conclusão por J. Verger. Reiterando o que já acima foi dito, estamos perante uma obra de elevado mérito que muito vem ajudar a compreender melhor aspectos culturais da Idade Média, especialmente ligados com as Universidades.

*Manuel Augusto Rodrigues*

Hilde De Ridder-Symoens (ed.) — *A history of the University in Europe*. Vol. I: *Universities in the Middle Ages*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992. XXVIII + 506 p.

Como escreve Walter Rüegg na introdução: "The University is a European institution; indeed, it is the European institution *par excellence*", procurando logo de seguida explicar a razão de ser de tal afirmação. Em primeiro lugar, porque as Universidades enquanto comunidades de professores e escolares e concedendo certos direitos e atribuindo graus académicos vieram a constituir instituições medievais com características muito próprias; depois porque mantiveram ao longo dos tempos a sua fisionomia peculiar, funcionando ao lado do Estado e da Igreja com o seu poder especial

e inalterado, ao passo que as outras duas instituições sofreram não poucas alterações. As três forças, a que se deu o nome de *regnum*, *sacerdotium* e *studium*, representaram o suporte fundamental da sociedade medieval e mesmo dos períodos subsequentes. O mesmo, diz Rüegg, sucedeu com outros domínios, como a economia monetária, as artes plásticas, a arquitectura e a música, todos eles sujeitos a modificações de vária ordem, ao passo que as Universidades conservaram a sua primitiva fisionomia. A este comentário que procura enaltecer a instituição universitária, teríamos de colocar algumas reservas, pois não se pode desde logo defender que os *Studia* medievais foram assim tão uniformes na sua evolução histórica ou que, por exemplo, a Igreja se deva considerar tão diferente das Universidades. Melhor seria dizer que todas as instituições se mantiveram no essencial fiéis aos padrões que as moldaram nas suas origens e que se adaptaram às circunstâncias encontradas e às conveniências dos tempos. Por outro lado, seria de considerar que os *Studia* medievais nasceram de realidades já existentes nas quais se apoiaram e delas receberam não poucos meios que lhes permitiram afirmar-se e até sobreviver. Referimo-nos, por exemplo, ao papel da Igreja e dos Monarcas, quer se tenha em vista os papas e os reis, quer até as ordens religiosas e os cabidos diocesanos ou os príncipes e as autoridades municipais. Walter Rüegg chama a seguir a atenção para outro aspecto característico das Universidades: a sua irradiação pelo mundo fora com base em padrões europeus, sendo estabelecido por toda a parte o mesmo sistema de graus académicos (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) e de Faculdades (Artes e a partir desta as de Filosofia, Letras, Artes e Ciências, e Humanidades; e Direito, Medicina e Teologia), tendo depois, com o desenvolvimento científico-cultural verificado, surgido inúmeras áreas de ensino, particularmente relacionadas com as ciências sociais e tecnológicas.

E também o próprio nome de Universidade permaneceu através dos tempos, embora inicialmente significasse a incorporação de mestres e estudantes e a partir do séc. XVI passasse a designar a *universitas litterarum*, a instituição intelectual que cultivava e transmitia o *corpus* completo das disciplinas adoptadas.

A Universidade devido ao seu papel social levou a cabo determinadas realizações que se repercutiram um pouco por toda a parte em todas as sociedades europeias. Desenvolveu e transmitiu conhecimentos científicos e escolares bem como os métodos de os cultivar passando assim a fazer parte integrante da tradição espiritual europeia. Através dessas realizações nasceu uma elite académica que

muito havia de marcar a evolução das sociedades do Velho Continente; e esse trabalho frutuoso ainda hoje se faz sentir de muitas e variadas formas. É indiscutível que as Universidades contribuíram largamente para dar à Europa uma fisionomia especial e ajudaram muito a construir a unidade europeia de que hoje tanto se fala. Sem elas tudo seria certamente diferente. O património cultural e científico perpetuado pelas Universidades possui uma validade extremamente rica, servindo-nos ainda do pensamento de Walter Rüegg.

A edição desta obra que terá quatro volumes foi determinada pela Conferência Europeia de Reitores das Universidades Europeias (CRE) que teve a sua origem numa reunião efectuada em Cambridge, em 1955, e na qual participaram responsáveis de Universidades de 15 países europeus. Em 1964 foi constituída em Gottingen a CRE que hoje conta mais de 470 instituições de educação superior de 27 nacionalidades. Entre as muitas iniciativas tomadas pela CRE destaca-se esta de editar uma obra que trata da história das Universidades europeias, decisão aprovada em 1982. Até agora era o livro de Stephen Dilsay, *Histoire des universités françaises et étrangères des origines à nos jours* (Paris, 1935-37) que constituía a base de trabalho neste domínio, mas como sucedeu com o de Christian Meiners, *Geschichte der Entstehung und Entwicklung der hohen Schulen unseres Erdteils*, escrita em Gottingen e aí publicada, em quatro volumes, entre 1802 e 1805 e há pouco reeditada, não oferecia já as garantias de um instrumento de consulta actualizado, pois as investigações feitas de então para cá trouxeram aquisições novas e proporcionaram perspectivas diferentes. Meiners propusera-se apresentar "uma história pragmática das Universidades", "as épocas mais importantes do seu estabelecimento e evolução", "o seu florescimento e decadência" e ainda "as mais notáveis realizações e os aspectos distintivos das Universidades nos Estados cultos da Europa", e tudo isto "de tal maneira que os seus erros, deficiências e faltas fossem reconhecidos e corrigidos e os seus méritos revelados e imitados".

Tratava-se de uma obra com preocupações menos cronológicas do que temáticas. Nela se dava especial ênfase à origem das *nationes* e faculdades, ao significado e alcance dos colégios e residências (*Bursae*), à influência de factores externos, como a invenção do papel, da tipografia, e a certos movimentos culturais e religiosos, como a Renascença e a Reforma. A evolução histórica das doações, fundos, privilégios, organização pedagógica, professores, cursos seguidos, medidas disciplinares e cargos, eis alguns dos temas desenvolvidos por Meiners.

Mas seria só em finais do séc. XIX que começaram a aparecer as primeiras grandes histórias das Universidades com uma fundamentação documental mais sólida e uma abrangência de questões mais lógica. H. Denifle com *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400* (Berlim 1888; reed. Graz 1956); Georg Kaufmann com a *Geschichte der deutschen Universitäten* (Estocarda 1888; reed. Graz 1958) e H. Rashdall com *The Universities of Europe in the Middle Ages* (1885; reed. em 1936 com revisão por F. M. Powick e A. B. Emden e depois em 1942-58 e em 1988) representam as três autoridades maiores na historiografia das Universidades anterior ao séc. XX e ainda hoje constituem obras de consulta obrigatória para os estudiosos e interessados em conhecer o assunto. O plano estabelecido para a presente edição prevê quatro volumes, sendo o primeiro dedicado à Idade Média, o segundo ao período que medeia entre 1500 e 1800, o terceiro à época que abrange o séc. XIX até à 2ª Guerra mundial, e o quarto à contemporaneidade. Em cada volume sobressaem aspectos dominantes; assim a Idade Média apresenta a autonomia e a organização corporativa como características mais em evidência, a época moderna a burocratização e a influência do Estado; a partir de 1800, com Napoleão, a centralização absoluta embora na parte alemã emergisse com Humboldt a ideia de investigação como elemento essencial das Universidades; depois de 1945, outras perspectivas consentâneas com a evolução tecnológica e a dimensão interplanetar emprestaram às Universidades caminhos novos e orientações peculiares de acordo com as profundas transformações sócio-económicas e político-culturais verificadas.

Para cada volume desta nova história das Universidades europeias foram seleccionados 14 ou 15 capítulos e neles são estudados os temas considerados de maior relevância. Em geral na primeira parte apresenta-se uma introdução temática e um quadro da distribuição e desenvolvimento das Universidades do período em causa; na segunda, abordam-se as estruturas universitárias em relação à autoridade política, a sua organização interna, o financiamento, os edifícios e o equipamento, a administração, cargos governativos, o corpo académico, etc.; na terceira parte aborda-se a vida estudantil, as provas académicas, etc.; na quarta, finalmente, procura-se avaliar a validação, a renovação e a expansão do conhecimento humano pelo uso do método crítico.

Mas as quatro partes referidas a aplicar a todos os quatro volumes não são rigorosamente tratadas da mesma forma em cada um deles, como se compreende. Por exemplo, no primeiro a atenção

centra-se nas actividades intelectuais das Faculdades que compunham as Universidades e que eram as de Artes, Teologia, Direito e Medicina; no segundo, vêm ao de cima a tradição e a renovação, a influência dos ideais humanísticos e a penetração dos conhecimentos próprios da Época Moderna, e a importância da Reforma Católica e Protestante; no terceiro e quarto dominam as aquisições científicas e filosóficas dos sécs. XIX e XX. Os temas foram confiados a figuras especializadas na investigação de história das Universidades, havendo um corpo redactorial de que fazem parte Asa Briggs, Aleksander Gieysztor, Notker Hammerstein, Olaf Pedersen, Hilde de Ridder-Symoens, John Roberts, Edward Shils e Jacques Verger.

A concluir a sua introdução Walter Rüegg fala do papel social das Universidades europeias abordando a propósito a questão dos conflitos internos que de tempos a tempos surgiram, escrevendo a terminar: "We certainly no longer share the view, which was put forward by Meiners and which was so characteristic of the Enlightenment, that the history of European universities can lead in part to the recognition and avoidance of their misconduct, deficiencies, and faults, and in part to the disclosure and emulation of their merits". Just as a machine can only be repaired and made operable once more when the significance of its parts and their interdependence is understood and tested, so the university, which is a very complex social institution, must from time to time be subjected to a fundamental analysis. This fundamental analysis of its structures and functions, which have developed in the course of history, is indispensable if the deeper aspects of its social role are to be understood and realistically improved".

O vol. I de *A history of the University in Europe* aborda na primeira parte temas e modelos, na segunda as estruturas, na terceira os estudantes, na quarta o ensino, e no epílogo o aparecimento do Humanismo. Colaboraram nos diversos capítulos os conhecidos investigadores W. Rüegg, J. Verger, P. Nardi, A. Gieysztor, R. Ch. Schwings, P. Moraw, H. De Ridder-Symoens, G. Leff, J. North, N. Siraisi, A. Garcia y Garcia, M. Asztchor. Alguns mapas e os índices onomástico, toponímico e ideográfico enriquecem a obra bem como a vasta bibliografia incluída ao longo dos capítulos, a qual aumentou consideravelmente nas últimas décadas, sendo justo mencionar aqui os trabalhos de A. B. Cobban, P. Kibre, J. Fried, R. C. Schwinges, J. Verger, J. I Isewijn, J. W. Baldwin, J. M. Fletcher, A. L. Gabriel, S. Guenée, J. Paquet, S. Stelling-Michaud, J. Le Goff, M. Bellomo, etc..

No que toca a Portugal, lamenta-se que à Universidade sejam

feitas referências bastante imprecisas e incompletas, a começar pela bibliografia apresentada no início da obra em que não figura nenhum autor português, nem sequer o *Chartularium Universitatis Portugalensis*. No que toca às cores das diversas Faculdades (p. 140), aos edifícios universitários (p. 157), às propinas (p. 236), às migrações de estudantes (p. 389), à educação e vida estudantil (p. 205), às escolas preparatórias que existiam nos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de Alcobaça e nas escolas catedralícias (p. 177), aos privilégios e às determinações sobre a honestidade dos escolares (p. 225-226), à nomeação de professores (p. 148), aos seus salários (p.152) etc. etc. não se fica com uma ideia exacta do que efectivamente foi a história do *Studium* criado por D. Dinis em 1 de Março de 1290 e confirmado pelo Papa Nicolau IV a 9 de Agosto do mesmo ano. Faltou uma leitura e análise dos textos fundamentais como o da criação e confirmação da Universidade, da *Charta Magna Privilegiorum*, de 9 de Fevereiro de 1309, dos documentos relativos à munificência do Infante D. Henrique, às normas regulamentares de D. João I, de 16 de Julho de 1431, e de tantos mais. O *Livro Verde da Universidade de Coimbra* e o *Chartularium Universitatis Portugalensis* fornecem informações muito completas sobre aqueles assuntos e os estudos e investigações já realizados contêm dados que não aparecem referidos e muito menos utilizados. Em não poucos casos fica-se com a impressão de que as alusões à Universidade Dionisiana são feitas apenas por analogia com o que se passava noutras Universidades europeias, em particular na de Salamanca.

Estas notas não pretendem de forma alguma diminuir o mérito deste livro. Como síntese da Universidade medieval europeia, ele passa a ser de referência obrigatória e pode dizer-se que veio cobrir uma grave lacuna que urgia colmatar. Felicita-se o comité editorial e os colaboradores da obra, bem como as entidades que subsidiaram a edição, e augura-se que os volumes seguintes apareçam sem demora, pois uma publicação como esta certamente virá a ser acolhida com viva satisfação, representando as traduções para várias línguas um excelente meio de tomar mais acessível a leitura de tão valiosa obra.

*Manuel Augusto Rodrigues*